GÊNERO E TRANSITORIEDADE: MULHERES EM VÍNCULOS TEMPORÁRIOS NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

NICOLE ROBERTA GARCIA MARIA[1];
GEORGIANA LUNA BATINGA[2]

[1]*UTFPR – nicole_garcia90@hotmail.com*
[2]*UTFPR - georgiana@professores.utfpr.edu.br*

Resumo
O presente estudo tem como objetivo analisar as experiências de mulheres em carreiras temporárias nas Forças Armadas brasileiras, considerando os desafios relacionados ao reconhecimento profissional e às questões de gênero em um ambiente historicamente masculino. A discussão inicia sobre o trabalho temporário no serviço público e as transformações nas relações laborais decorrentes das reformas administrativas e flexibilização dos vínculos de trabalho. A inserção feminina nas Forças Armadas é analisada à luz das desigualdades de gênero e das limitações impostas por estruturas institucionais tradicionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com utilização de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. As entrevistas serão realizadas com mulheres militares temporárias das três Forças — Exército, Marinha e Aeronáutica — buscando compreender suas trajetórias, vivências e perspectivas profissionais. Os dados serão analisados por meio da Análise Temática, permitindo identificar padrões de significado presentes nos relatos das participantes. Espera-se que o estudo contribua para ampliar as discussões sobre gênero, trabalho temporário e participação feminina nas organizações militares, além de oferecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas às mulheres nas Forças Armadas.

Palavras-chave: mulheres militares; serviço público temporário; gênero; Forças Armadas; trabalho temporário.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Esse trabalho se propõe a estudar a carreira temporária de mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Como essa discussão se localiza no âmbito do serviço público, considera-se importante iniciar a discussão com uma breve conceituação acerca do tema e dos aspectos legais que regem o desempenho da função, assim como suas transversalidades. O conceito de serviço público surgiu na França, no século XIX, com a metodologia da Escola do Serviço Público e se expandiu por todo o mundo, inclusive no Brasil. De acordo com Di Pietro (2016, p.102), serviço público é "toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público."

O trabalho no setor público apresenta especificidades em relação a outros segmentos do mercado de trabalho. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tornou-se um espaço marcado pela formalização das relações laborais e pela garantia de estabilidade no cargo. Nesse contexto, os trabalhadores do setor público passaram a usufruir de um conjunto de direitos diferenciados em relação aos trabalhadores do setor privado, com destaque para o

fortalecimento da estabilidade funcional (Bettega Braunert; Da Silva Bernardo; Da Cruz Bridi, 2021).

Desde 1930, o Brasil passou por diversas reformas administrativas com o objetivo de reduzir seu tamanho, melhorar a governabilidade e a capacidade das organizações públicas, buscando ampliar a racionalidade e a efetividade dessas organizações (Secchi *et al.,* 2021). As reformas da administração pública manifestam-se em distintos contextos históricos e institucionais, variando conforme o tempo, o espaço e os valores que as orientam. Em geral, esses processos são impulsionados, entre outros fatores, pela percepção de insuficiência na qualidade dos serviços oferecidos à população, o que reforça a necessidade de reestruturação das formas de organização e gestão do Estado (Secchi, 2009), ou, ainda, pela elevada parcela do orçamento estatal destinada à arcar com as despesas de pessoal (Rodrigues, 2021).

Esse é um debate atual que contempla a questão da estabilidade do servidor público *versus* o trabalhador temporário. O adequado funcionamento das atividades administrativas do Estado depende da permanência dos servidores, uma vez que a estabilidade e a continuidade na carreira são condições fundamentais para a racionalidade e a eficiência da administração pública (Weber, 1999). Atualmente, admite-se a contratação de servidores públicos no país através de três regimes: o estatutário, o celetista e o temporário.

Outro ponto que tangencia a discussão é a transferência da execução de atividades que são de responsabilidade estatal para o setor privado (Cavalcante; Silva, 2020). Há ainda uma tendência global de adoção, no Estado, do modelo de gestão privada, com terminologias e processos de tomada de decisão, e, no caso do tema deste estudo, percebe-se a influência do *downsizing,* que adota a redução de custos por meio da redução da estrutura organizacional e de pessoal, com a substituição dos empregos formais por contratos flexíveis e temporários (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020).

Em sentido amplo, os servidores temporários contratados para exercer funções públicas por tempo determinado também são considerados servidores públicos (Bettega Braunert; Da Silva Bernardo; Da Cruz Bridi, 2021). Cada esfera administrativa é responsável por regular as regras de seleção e de contratação desses servidores para atender a necessidades temporárias e de excepcional interesse público, mediante regime jurídico especial previsto no artigo 37, IX, da CF/1988 (Brasil, 1988). Para Meirelles (2014), ainda que a contratação temporária esteja juridicamente prevista para atender a necessidades transitórias e de excepcional interesse público, observa-se, na prática, a ampliação de seu uso para suprir demandas permanentes de força de trabalho.

Essa utilização recorrente tem se configurado como instrumento de flexibilização das relações laborais, uma estratégia de flexibilização institucional no setor público brasileiro, contribuindo para processos de precarização ao reduzir garantias e direitos associados à estabilidade na medida em que se trata de vínculos mais instáveis e com menor garantia de direitos, principalmente entre grupos já vulnerabilizados, em comparação às formas tradicionais de provimento de cargos públicos (Bettega Braunert; Da Silva Bernardo; Da Cruz Bridi, 2021).

As organizações identificaram uma necessidade de modificação na maneira de trabalhar para que se tornassem cada vez mais competitivas no mercado, e assim iniciou-se a modalidade de contratação temporária no mercado brasileiro. Sob a ótica da gestão organizacional, a contratação temporária tem sido apresentada como uma estratégia de redução de custos e de maior flexibilidade na gestão da força de trabalho (Guimarães Junior *et al.*, 2022). Nas Forças Armadas, o cenário não é diferente. O início do serviço militar temporário teve como um dos objetivos gerar menos despesa com previdência de inativos e pensionistas, por exemplo.

Neste sentido, temos o trabalho público temporário desempenhado por mulheres nas Forças Armadas brasileiras, um espaço historicamente desenhado como sendo uma atividade de dominação masculina (Demers, 2013). Ao analisar os registros da história militar no Brasil, somente em 1822 observamos a presença feminina nos campos de batalha. Maria Quitéria de Jesus – Soldado Medeiros - foi uma heroína de guerra e a primeira mulher brasileira em combate de que se tem registro. Foi reconhecida e ascendeu militarmente pela sua bravura e foi condecorada por sua coragem e disciplina (Maia, 2022), sendo hoje Patrona do Quadro Complementar de Oficiais.

A história da mulher nas Forças Armadas se entrelaça com a ruptura de estereótipos do papel do gênero na sociedade e com o avanço das reformas administrativas no Brasil. De acordo com a solicitação da autora aos portais de acesso à informação – sítio FalaBr Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, dados de 2026, o número de mulheres que integram as três Forças é de 37.609 militares divididas em: Marinha 9.017, Exército 12.792 e Força Aérea 15.800 Isso representa 10,6% do total (355 mil) de militares no Brasil. Dentro desses números totais, tem-se que, referente às mulheres militares temporárias, os números são: Marinha 3.766, Exército 9.257 e Força Aérea 6.129. Essa soma de temporárias representa 51% do total de mulheres militares no Brasil.

Observa-se o reduzido número de mulheres integrantes das Forças Armadas, seja em cargo permanente ou temporário, o que torna necessário compreender a posição das mulheres no contexto político, social e econômico, a partir da articulação entre redistribuição, reconhecimento e representação (Fraser, 1995). Importante analisar a inserção feminina, não apenas em termos de acesso formal, mas também considerando os limites impostos por estruturas institucionais que limitam a participação e permanência das mulheres em determinados espaços organizacionais e o avanço do trabalho público temporário desempenhado por mulheres nas Forças Armadas brasileiras em um espaço que é tradicionalmente masculino.

Conforme Carreiras (1995, 2004, 2018), enquanto as mulheres permanecerem em minoria numérica, dificilmente terão lugares significativos nas reconfigurações do espaço militar, um modelo dominante de masculinidade. Se existem funções destinadas especificamente a cada gênero, as Forças Armadas acabam reproduzindo os modelos tradicionais de divisão sexual do trabalho. Dessa forma, “a ideia de que existem certas profissões tipicamente femininas e masculinas acaba por limitar o acesso de mulheres nas Forças Armadas de forma igualitária" (Tardim; Lima, 2015, p. 77). Precisamos de mais estudos que possam aprofundar a nossa compreensão a respeito da inclusão de mulheres para além de simples simbolismo. Esse estudo tem o foco em mulheres: suas vivências e a natureza de gênero nas Forças Armadas.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

O debate quanto a escolha das mulheres pela carreira temporária nas Forças Armadas deve ser compreendido à luz das dinâmicas de gênero que atravessam um ambiente historicamente masculinizado, o que evidencia que tal decisão vai além de uma predileção estritamente profissional. As condições de trabalho, as vulnerabilidades e desigualdades nas formas de inserção, assim como a insegurança profissional e os desafios que acompanham esse espaço de dominação masculina fazem parte do objeto de estudo.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar como as mulheres em carreiras temporárias nas Forças Armadas vivenciam os desafios de reconhecimento profissional e de gênero dentro de uma instituição historicamente marcada pela predominância masculina,

buscando compreender os impactos dessa condição sobre sua identidade, trajetória e perspectivas de carreira.

2.1 Quanto aos objetivos específicos:

• Identificar as percepções das mulheres sobre sua inserção, atuação e os principais desafios de reconhecimento profissional enfrentados em carreiras temporárias nas Forças Armadas;

• Investigar como questões de gênero influenciam as experiências e relações de trabalho dessas profissionais em um ambiente predominantemente masculino;

• Avaliar as implicações da condição temporária sobre as perspectivas de futuro e continuidade da trajetória profissional das mulheres nas Forças Armadas.

A partir do questionamento das desigualdades na forma de inserção na carreira, assim como a insegurança profissional, o presente estudo intenta contribuir com os estudos acadêmicos sobre o trabalho feminino, o papel da mulher em uma carreira predominantemente masculina, expor as dificuldades de inserção na carreira militar em virtude do gênero e complementar as pesquisas sobre o trabalho temporário no serviço público.

Os achados deste estudo poderão contribuir com a discussão sobre as experiências das mulheres com o serviço militar e apoiar decisões de políticas públicas. Este estudo não é, no entanto, um exame abrangente de todos os fatores que contribuem para a participação das mulheres nas forças armadas.

3. METODOLOGIA

Esse estudo será conduzido por uma abordagem qualitativa que, segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 23), "lida com interpretações das realidades sociais", caso do contexto dessa pesquisa. A pesquisa qualitativa possibilita examinar as experiências, percepções e interpretações que os indivíduos constroem em determinados contextos sociais. Trata-se de uma abordagem de caráter interpretativo e flexível, adequada para a investigação de fenômenos sociais complexos, uma vez que permite explorar os significados atribuídos pelos participantes às suas práticas e vivências. Nesse sentido, contribui para compreender de que forma discursos, práticas institucionais e dinâmicas sociais influenciam e moldam as experiências dos indivíduos (Braun, Clarke, 2006). Sob essa perspectiva, Flick (2009) destaca que a abordagem qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências e práticas sociais, enfatizando a análise dos fenômenos em seus contextos naturais e a interpretação das perspectivas dos participantes.

3.1 Procedimentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas, que serão realizadas individualmente, nas modalidades online e presencial, de acodo com a localização do participante. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas. O roteiro da entrevista será estruturado visando compreender os aspectos subjetivos que influenciaram na decisão de escolher a profissão militar e de reconhecer o serviço temporário como uma escolha profissional. Quais as mudanças em suas opiniões, comportamentos e ideias antes e após o ingresso, inclusive por se tratar de um ambiente predominantemente masculino.

Constitui-se de perguntas abertas para que o entrevistado possa se expressar livremente, com objetivo de revelar as motivações e sentimentos sobre a própria trajetória, incluindo motivos para entrar nas forças armadas, vivências durante o serviço, número de anos de serviço e motivos do início e fim do serviço militar. Esse esboço da narrativa pessoal de cada mulher servirá como uma janela para as trajetórias individuais do serviço militar. Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é apropriada quando o propósito do estudo é explorar e interpretar experiências subjetivas, abordando a complexidade e a singularidade dos contextos e pontos de

vista individuais na tentativa de captar as percepções, experiências e subjetividades dos entrevistados. Flick (2018) destaca que a entrevista qualitativa permite explorar percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno investigado.

De acordo com Minayo (2012, 2014), as entrevistas semiestruturadas possibilitam que o pesquisador tenha um roteiro básico de perguntas, ao mesmo tempo em que permite a flexibilidade de explorar temas emergentes e aprofundar respostas conforme necessário. Ainda, por combinar perguntas abertas e fechadas, não limita o entrevistado à pergunta formulada, resultando em maior liberdade para se expressar.

Para Aleksiévitch (2016), é importante entrevistar mulheres de diversas áreas pois cada uma tem uma vivência diferente sobre o mesmo assunto:

> Depois de classificar os endereços que tinha, formulei assim: tentar entrevistar mulheres de diferentes profissões militares. Cada uma de nós vê a vida segundo sua atividade, segundo seu lugar na vida ou nos acontecimentos de que participa. Podemos pressupor que a enfermeira viu uma guerra, a padeira viu outra, a paraquedista uma terceira, a piloto viu uma quarta, a comandante de um pelotão de atiradores de fuzil uma quinta.... Cada uma delas esteve na guerra que existia no seu raio de visão. (Aleksiévitch, 2016, p. 97).

Além de entrevistas, será realizada uma pesquisa documental, que pretende analisar documentos oficiais das Forças Armadas brasileiras. A pesquisa documental é "um procedimento que utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos" (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5). De acordo com Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 58) "pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno". São documentos que não foram sistematizados e adicionam detalhes à pesquisa e análise de dados.

Para Flick (2009), documentos representam importantes fontes de informação social, pois expressam estruturas institucionais, discursos e modos de organização da vida coletiva. A análise documental permite acessar registros produzidos pelas próprias instituições, contribuindo para a compreensão das práticas e orientações que estruturam determinado campo social. Scott (1990, *apud* Flick, 2009) sugere quatro critérios úteis para decidir sobre a utilização ou não de um documento: autenticidade, credibilidade, representatividade e significação. Yin (2016) argumenta que o uso de múltiplas fontes de evidência — entre elas os documentos — fortalece a confiabilidade das investigações qualitativas, possibilitando uma interpretação mais ampla e consistente do objeto de estudo.

3.2 Sujeitos de Pesquisa

Além do foco do trabalho ser na entrevista com mulheres, o livro "A guerra não tem rosto de mulher", da autora Svetlana Aleksiévitch, vencedora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015, traz uma reflexão interessante ao tentar reproduzir, através de entrevistas com mulheres soviéticas que lutaram na Segunda Guerra Mundial, a história militar sob a ótica dessas mulheres. "Tudo que sabemos da guerra conhecemos por uma "voz masculina". Somos todos prisioneiros de representações e sensações "masculinas" da guerra. Das palavras "masculinas". Já as mulheres estão caladas" (Aleksiévitch, 2016, p. 8), demonstrando o quão importante é dar voz e um espaço para que as mulheres militares sejam ouvidas e tenham sua história escrita nos bancos acadêmicos.

Neste sentido, os sujeitos dessa pesquisa serão dez mulheres militares, que estejam na ativa ou inatividade, temporárias, oficiais e sargentos, com tempo de serviço entre 1 (um) e 8 (oito) anos, de diferentes segmentos e pertencentes às três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica, com foco nas circunstâncias que envolveram sua entrada no serviço militar,

experiências de vida enquanto estavam na força e circunstâncias que levaram ao início e fim da atividade profissional. Usaremos uma abordagem centrada na pessoa, permitindo que os temas se originem das próprias vozes das mulheres e situados dentro da vida delas. Conforme Crowley e Sandhoff (2017), a decisão de trabalhar com poucas entrevistas foi motivada pela saturação e restrições de tempo. Sendo um estudo qualitativo em pequeno número de participantes, os dados coletados serão úteis para a exploração aprofundada dos temas presentes nas narrativas das militares entrevistadas, porém também limita as conclusões que podem ser tiradas desses dados e a análise temática deve ser entendida como exploratória e não generalizável. De acordo com Charmaz (2014), a representatividade estatística é um critério irrelevante para a pesquisa qualitativa.

A seleção das entrevistadas se dará por convite via e-mail e/ou aplicativos de mensagem, sendo considerada a facilidade de acesso por parte da pesquisadora, a disposição das mulheres para participar da pesquisa e a adequação ao objeto de estudo. Os depoimentos das participantes serão identificados no tópico de análise de dados como "participante 1, participante 2" e assim sucessivamente. Todas as entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas na íntegra e todos os nomes usados no texto serão pseudônimos.

3.3 Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados resultante das entrevistas será realizada por meio da Análise Temática, abordagem qualitativa amplamente empregada para identificar e interpretar padrões de significado presentes em dados textuais (Braun; Clarke, 2006). Esse procedimento revela-se particularmente adequado para estudos que buscam compreender experiências, percepções e sentidos atribuídos pelos participantes ao fenômeno investigado, na medida em que possibilita uma leitura dos dados necessária à pesquisa qualitativa (Minayo, 2014). Nessa perspectiva, a Análise Temática se configura como um processo interpretativo que favorece a articulação entre os achados empíricos e o referencial teórico, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada do objeto de estudo (Braun; Clarke, 2006; Charmaz, 2014).

Essa etapa possibilita compreender de que modo as experiências individuais das participantes se relacionam com os contextos institucionais nos quais estão inseridas e com estruturas sociais mais amplas, evidenciando relações de poder, normas organizacionais e dinâmicas sociais subjacentes aos discursos analisados (Minayo, 2014). A escolha pela Análise Temática se fundamenta na sua capacidade de identificar e interpretar padrões de significado de forma flexível, sem se restringir a categorias previamente definidas.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se contribuir com estudos acerca da vivência profissional das mulheres no ambiente militar e fortalecer as pesquisas na área da Administração, com enfoque especialmente no que se refere à análise de gênero em contextos institucionais. Poderá, também, ajudar a relatar as particularidades do ambiente militar e como as mulheres que estão inseridas neste ambiente lidam com essa realidade, além de contribuir para a literatura sobre gênero nas organizações.

Há, ainda, a possibilidade de contribuir com a sociedade brasileira sobre a discussão de quais lugares cada gênero está inserido no meio social e profissional, além de eventuais desconhecimentos acerca do tema proposto nesse trabalho que é a presença feminina nas Forças Armadas sobretudo na carreira temporária, algo que não é abordado com frequência principalmente em relação às oportunidades de ingresso.

Com a predominância masculina no meio militar, é importante refletirmos sobre a participação das mulheres não apenas em números, mas nas dificuldades encontradas ao romper barreiras de acesso. Uma das contribuições deste estudo será expor um obstáculo importante

enfrentado pelas mulheres no local de trabalho, em que pesquisas mostram que as mulheres são percebidas como menos competentes e, para superar isso, elas podem tentar usar comportamentos estereotipados masculinos (Inesi, Cable, 2014).

Em relação aos estudos de gênero, a pesquisa destaca as particularidades de mulheres que buscam se adaptar em ambientes ainda masculinos, uma vez que este pode representar um desafio um pouco mais complexo quando em comparação com áreas predominantemente femininas (Oliveira-Silva; Parreira, 2022).

Este trabalho poderá, também, assessorar a gestão pública, contribuindo para o aprimoramento de políticas e programas institucionais, como por exemplo o Projeto Soldado Cidadão que, segundo o Ministério da Defesa, tem por finalidade

> A qualificação dos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas, prioritariamente os vinculados ao Serviço Militar temporário, por meio de cursos profissionalizantes, complementando sua formação cívica-cidadã e facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho por ocasião do seu licenciamento (Brasil, 2022).

Para Honorato (2013) "existe, portanto, uma lacuna clara nas políticas públicas que se utilizam das Forças Armadas como elo de formação para o primeiro emprego, entre a preparação dos jovens e o mercado de trabalho." Ainda, ao incentivar e promover novos estudos e políticas públicas sobre a importância da participação feminina e do papel da mulher no ambiente militar, é possível expandir a visibilidade sobre o tema com projetos referentes à inserção e licenciamento das mulheres nas Forças Armadas.

Para além de contribuir com estudos acerca das mulheres e sua presença em ambientes historicamente masculinos e no serviço público temporário, há de se incentivar a discussão de gênero em organizações militares, entendendo como as mulheres se enxergam nesses espaços e como contribuem para que as dificuldades de acesso e de carreira sejam limitadas.

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BRAUNERT, Mariana Bettega; SILVA BERNARDO, Kelen A.; CRUZ BRIDI, Maria A. Impacts of the administrative reform on contracting forms and stability in the public sector. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 6 abr. 2024.

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 18, p. 97-128, 1995.

CARREIRAS, Helena. Mulheres em contextos atípicos: lógicas de exclusão e estratégias de integração feminina nas Forças Armadas. **Etnográfica**, v. 8, n. 1, p. 91-115, 2004.

CARREIRAS, Helena. Diversidade social nas Forças Armadas: género e orientação sexual em perspectiva comparada. **Nação e Defesa**, n. 107, p. 61-88, 2004.

CARREIRAS, Helena. La integración de género en las Fuerzas Armadas: condicionamientos y perspectivas. **Nueva Sociedad**, n. 278, p. 130-143, 2018.

CAVALCANTE, Pedro; SILVA, Mauro (org.). **Reformas do Estado no Brasil: trajetórias, inovações e desafios.** Brasília: IPEA, 2020.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory.** 2. ed. London: Sage, 2014.
CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches.** Thousand Oaks: Sage, 2014.
CROWLEY, Kacy. SANDHOFF, Michelle. Just a Girl in the Army: U.S. Iraq War Veterans Negotiating Femininity in a Culture of Masculinity**. Armed Forces & Society**, vol. 43, no. 2, 2017, pp. 221–37. JSTOR, https://www.jstor.org/stable/48609166. Accessed 19 Jan. 2026.
DEMERS, Anne L. From death to life: female veterans. **Journal of Humanistic Psychology,** v. 53, n. 4, p. 489-515, 2013.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Forense, 2016.
FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
FRASER, Nancy. **From redistribution to recognition? New Left Review**, n. 212, p. 68-93, 1995.
HONORATO, Hélio G. Projeto soldado cidadão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 3, p. 667-677, 2014.
KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M. ; BONOTTO, D. L. . Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad**, v. 14, p. 55-73, 2015.
LIMA, Lana Lage da Gama; TARDIM, E. B. . A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios. **Revista Ágora** , v. 22, p. 70-82, 2015.
MAIA, H. T. C. Maria Quitéria / Soldado Medeiros: um soldado entre as condecorações nacionais e o esquecimento. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**. Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras - UNEB, v. 12, n. 1, p. 17–46, 2022. DOI: 10.30620/pdi.v12n1.p17. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/pontosdeint/article/view/14997. Acesso em: 11 jan. 2026.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
OLIVEIRA-SILVA, L. C., PARREIRA, V. A. D. Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. **Revista Estudos Feministas**, 30(1), e74161, 2022. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n174161
PITHAN, Laura H.; VACLAVIK, Mariane C.; OLTRAMARI, Andrea P. Carreiras vulneráveis. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, p. 158-171, 2020.
RODRIGUES, Andrea Leite. Ser servidor. In: SILVA, Anielson B. (org.). **Gestão de pessoas por competências nas instituições públicas brasileiras.** João Pessoa: Editora UFPB, 2021.
SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.
SECCHI, Leonardo et al. Administrative reforms in Brazil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 26, n. 83, 2021.
WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1999.
YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.